



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

### ATA N.º 6/2016

#### SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e dez minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** período para intervenção do público -----

**PONTO DOIS:** Período Antes da Ordem do Dia -----

**PONTO DOIS PONTO UM:** Leitura do Expediente -----

**PONTO DOIS PONTO DOIS:** Outros assuntos, de interesse para a Autarquia -----

**PONTO TRÊS:** Período da Ordem do Dia -----

**PONTO TRÊS PONTO UM:** Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

**PONTO TRÊS PONTO DOIS:** Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 3º Trimestre de 2016 – (Informação à Assembleia Municipal). -----

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS:** Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 24 de junho de 2016. -----

**PONTO TRÊS PONTO QUATRO:** Análise conducente à aprovação da Ata nº5 da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016. -----

**PONTO TRÊS PONTO CINCO:** Proposta de 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento). -----



## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

**PONTO TRÊS PONTO SEIS: Documentos Previsionais: -----**

- a) **Grandes Opções do Plano para 2017/2020. -----**
- b) **Proposta de Orçamento para o ano de 2017. -----**

**PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2017. -----**

**PONTO TRÊS PONTO OITO: Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Borba. -----**

**PONTO TRÊS PONTO NOVE: Regulamento de Venda de Lotes no Loteamento do Forno -- Orada. -----**

**PONTO TRÊS PONTO DEZ: Norma de Controlo Interno -- Revisão Anual e Proposta de Alteração. -----**

**PONTO TRÊS PONTO ONZE: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2017. -----**

**PONTO TRÊS PONTO DOZE: Fixação do Feriado Anual do Município de Borba para o ano de 2017. -----**

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----  
----- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão, desejou boa noite e um Feliz Ano Novo a todos os presentes, e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Francisco José Ramalho Mendes; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Joaquim Manuel Ganito Trincadeiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Maria Gabriela Coelho; João Pedro Velez Paulo; Sérgio João Pécurto Gazimba; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

-----Verificou-se a ausência do membro: Ricardo Jorge Brinquete Lapão, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Paulo Jorge Ramos Ferreira, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como o **documento nº 2**) e foi substituído pela senhora Maria

## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

Gabriela Ramos Coelho, Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como documento nº3 ) e foi substituído pelo senhor Sérgio João Pécurto Gazimba. -----

#### **PONTO UM: Período para intervenção do público** -----

----- Não houve intervenções. -----

#### **PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia** -----

##### **PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente** -----

----- O membro Célia Alpalhão (2ª Secretária) desejou boa noite a todos os presentes, e relativamente ao expediente entrado, informou ter sido recebida a seguinte documentação: -----

- **Ofícios do Partido Socialista a solicitar a seguinte documentação** -----
  - *Cópia do procedimento de adjudicação de aquisição de serviços da “prova de avaliação psicológica” feita aos candidatos opositores ao concurso publicado no Diário da República nº113, II Série de 15/06 (Aviso nº7512/16).* -----
  - *Pasta correspondente à exportação do procedimento da plataforma eletrónica de contratação pública, relativa à empreitada de ligação entre a “variante da EN 225 e a Zona Industrial do Alto dos Bacelos”.* -----
- *Ofício dos eleitos do PS com cartas para enviar à CCDR e à ordem dos psicólogos sobre as avaliações psicológicas do procedimento concursal.* -----
- *Ofício dos eleitos do PS com uma exposição em resposta ao ofício da Assembleia Municipal nº204/2016, sobre o requerimento por eles apresentado, no que respeita às avaliações psicológicas do procedimento concursal.* -----
- *Ofício da CCDRA em resposta ao ofício enviado pelos eleitos do PS sobre a Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0.* -----
- *Resposta ao ofício enviado para o Tribunal e Fiscal de Beja, sobre a Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0.* -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

- *Ofício da Câmara Municipal de Borba, com a documentação sobre a pasta correspondente á Exportação do procedimento da plataforma eletrónica de contratação pública, relativa á empreitada de ligação entre a "variante da EN 225 e a Zona Industrial do Alto dos Baceiros". ---*
- *Email da Arqª Raquel Pereira em resposta ao ofício enviado pela Assembleia Municipal, sobre os procedimentos adotados, no que respeita á Alteração do Plano de Pormenor da UOPG0. ---*

#### ----- Relativamente ao Expediente Expedido -----

- *Ofícios para os diversos organismos, com Moção e declarações de voto entregues pelos eleitos do PS na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30-09-2016. -----*
- *Ofício ao Partido Socialista - em resposta à exposição apresentada pelos mesmos, no que concerne à forma como foi feita a avaliação psicológica dos procedimentos concursais. -----*
- *Ofício ao Partido Socialista – envio da documentação recebida da Câmara Municipal, referida no expediente recebido. -----*
- *Ofício Presidente Câmara Municipal – pedido de informação sobre a documentação solicitada pelos eleitos do Partido Socialista, referida no expediente recebido. -----*
- *Ofício ao membro Ângelo de Sá – com a resposta recebida da CCDRA e do Tribunal Administrativo de Beja, no que respeita à declaração de voto entregue na sessão da Assembleia Municipal de Borba em 30/09/2016 - Alteração ao Plano de Pormenor da UOPG0. -----*

----- Informou, que como usualmente o expediente encontra-se disponível para consulta. -----

#### PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

----- O membro João Pedro Paulo desejou Boas Festas a todos os presentes e seguidamente questionou o senhor presidente sobre a obra prevista (resguardo), na Escola E.B 2,3 Padre Bento Pereira de Borba e as Medidas de Autoproteção, nomeadamente "(...) se já existe algum avanço, em que ponto está a situação". -----

----- O presidente da Câmara Municipal desejou boa noite e Feliz Ano 2017 para todos os presentes. -----

----- Relativamente à obra do resguardo, na Escola E.B. 2,3 Padre Bento Pereira de Borba, informou que entregou os documentos na DGEST, e aguarda a informação deste organismo, para proceder à execução da obra. -----

----- No que respeita às Medidas de Autoproteção, disse "(...) fui enganado, neste momento a câmara de Borba, tem possibilidade de exercer um determinado tipo de ação judicial ou não (...), vamos ver até que ponto terá de ser judicial, espero dentro de um mês ter os documentos das Medidas de Autoproteção prontos". -----

----- Adiantou, "(...) não entendo como é que se descuida numa obra nova as Medidas de Autoproteção. Uma obra onde existem portas completamente fechadas (...)". -----

----- Saliu a sua responsabilidade, na não aplicação das Medidas de Autoproteção, na Escola EB2,3 Padre Bento Pereira de Borba. Realçou o bom senso existente, desde professores, funcionários, associação de pais, bombeiros e proteção civil, para que as coisas estejam no bom caminho e funcionem. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** desejou boa noite e bom ano a todos os presentes e disse "(...) no que respeita ao assunto referido pelo membro João Pedro, a bancada do partido Socialista, também se quer pronunciar sobre este assunto. Relativamente às Medidas de Autoproteção, (...), a bancada do partido socialista foi daquelas que alertou, aqui há três anos atrás, que havia dentro da câmara pessoas que tinham competências para definir essas medidas, e não fui ouvido, mas agora ao fim de três anos concluiu-se que afinal, tinha razão (...)". -----

----- Continuando, disse que gostaria de ser esclarecido acerca do assunto do SIADAP, "(...) nós bancada do Partido Socialista, sempre nos preocupamos muito com os trabalhadores da autarquia. (...) os trabalhadores da autarquia mal ou bem, têm que ser avaliados. Este assunto já foi referido aqui pelos eleitos do Partido Socialista, acerca de um ou dois anos atrás, (...), o SIADAP com os defeitos que tenha, tem que ser cumprido. O que nos consta é que as avaliações feitas em dois mil e catorze, correspondem aos objetivos de dois mil e treze. No ano de dois mil e quinze, até março, deveriam ter sido definidos e atribuídos objetivos, que não foram, e (...), os trabalhadores da autarquia podem ser prejudicados por não terem sido avaliados". -----

----- Reforçou "(...) a lei é para cumprir, e caso não existam objetivos e avaliação, os trabalhadores podem ser prejudicados". -----

----- Saliu que só queria alertar o executivo para esta situação e lamentou o facto de alguns trabalhadores poderem vir a ser prejudicados por esta situação. Disse "(...) é preciso que tenhamos consideração pelos trabalhadores, (...) é muito mau os trabalhadores não terem a avaliação correspondente, aos que cumprem é uma forma de desmotivação (...)". -----

----- O membro **António Júlio Prates** desejou boa noite a todos os presentes e colocou a seguinte questão ao senhor presidente da Câmara, sobre a carta de intenções do Movimento Unidos por Borba, quando se apresentou às eleições autárquicas no ano dois mil e treze, sobre "o aumento do emprego



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

no concelho e a luta contra a desertificação no concelho". Em continuação disse "senhor presidente da câmara, passados três anos, já tem resultados para nós dar sobre o aumento do emprego no concelho e a quebra da desertificação". -----

----- **O membro João Morgado** desejou boa noite e bom ano novo a todos os presentes, e disse " (...) senhor presidente já é a segunda vez que o ouço dizer que foi enganado, agora pergunto eu, "(...)enganado por quem,(...) e quem é que o recomendou (...), como é que o senhor presidente chegou a essa pessoa? (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...), o assunto que trazemos aqui, e que nos preocupa tem que ver com concursos de pessoal. (...) Os eleitos do Partido Socialista quando fazem este tipo de observação, não quer dizer que sejam contra isto ou aquilo, jamais os eleitos do partido socialista seriam contra a estabilidade do emprego dos funcionários". -----

----- Seguidamente salientou que enquanto o partido socialista esteve no poder, não colocou mais trabalhadores, porque a lei em vigor, não permitia que isso acontecesse. ----- Disse ter o senhor presidente acusado acerca de três anos atrás os eleitos do Partido Socialista de terem feito um concurso de pessoal ilegal, nomeadamente quanto às provas de avaliação psicológica. As quais, segundo disse, tinham sido feitas por uma Multinacional de Consultadoria. -----

----- Afirmou "(...) senhor presidente, o senhor abre um concurso de pessoal para trabalhadores para a Escola EB2,3, (...) e o senhor vai entregar as provas de avaliação psicológica á CERCIESTREMOZ. (...) acredito que tenha os técnicos mais credibilizados do mundo, mas não certamente para fazer recrutamento de pessoal. O futuro o dirá! Mas esperemos que um dia o senhor não venha a dizer, como disse em relação às Medidas de Autoproteção, fui enganado! (...)". -----

----- Continuou, como se isso não bastasse, a presidente do júri dos procedimentos concursais, pertence à direção da CERCIESTREMOZ. -----

----- Seguidamente disse continuar a aguardar a informação sobre o valor da adjudicação daquele serviço, e quais os critérios que estiveram subjacentes á contratação dessa instituição. -----

----- Terminou a sua intervenção afirmando "(...) é lamentável, mesmo que tecnicamente até seja possível, politicamente é do piorio, do piorio senhor presidente. A presidente de júri do concurso que pertence á direção da CERCIESTREMOZ adjudicar a câmara de Borba à CERCIESTREMOZ a prova de avaliação psicológica dos trabalhadores desta autarquia. (...) Nós eleitos do Partido Socialista somos a favor da estabilidade dos trabalhadores desta Câmara, penso que com estabilidade é que as pessoas podem desempenhar cabalmente as suas funções". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro António Júlio Prates, que de acordo com os índices do governo o desemprego tinha baixado no país, logo claramente, tinha baixado no nosso concelho. Seguidamente enunciou as atividades ditas como importantes no concelho, para combater o desemprego, que segundo disse "(...) são" "as da pedra" e o vinho. O "vinho" tem que ver com a atividade sazonal praticada nas vinhas no nosso concelho, enquanto que a "pedra", tem que ver

com o emprego estrutural, que tem que ver com a industria, e este baixou no nosso concelho. Eu entendo que só pode haver distribuição de riqueza quando há produção de riqueza". -----

----- Esclareceu "(...) segundo a informação obtida do diretor Regional do Centro de Emprego, o desemprego em Borba baixou. -----

----- Informou que dentro de três anos, poderá ser realizado em Borba um investimento, que dará lugar à criação de cinquenta ou sessenta postos de trabalho. Acrescentou, que será salvaguardado, que 60% desses postos de trabalho sejam para pessoas de Borba. -----

----- Os investimentos para Borba têm de ser investimentos ponderados, que permitam o desenvolvimento sustentável do nosso concelho. -----

----- Relativamente à intervenção do membro João Morgado, respondeu o seguinte "(...), o senhor em causa, que veio ter comigo, apresentou-se como antigo funcionário da Autoridade Nacional da Proteção Civil, disponibilizando-se, para elaborar as Medidas de Autoproteção. Depois disso eu procurei informações sobre a pessoa, as quais foram abonatórias e adjudiquei o serviço em modo de avença por trezentos euros por mês. Foi-me dito que demoraria cerca de quatro a cinco meses para ter o trabalho pronto, e eu confiei, mas o senhor não cumpriu, com o que se tinha comprometido fazer (...)". -----

----- No que respeita à intervenção do membro Ângelo de Sá, disse o seguinte "(...) quando cheguei à câmara existiam vinte trabalhadores com trabalho precário, felizmente hoje existem vinte trabalhadores com trabalho efetivo. (...) estas pessoas conseguiram estabilizar a sua situação, a qual demorou para alguns, cerca de dezoito anos". -----

----- Informou estar a aguardar um parecer que tinha solicitado, relativamente ao facto de ser ou não correto, o presidente de júri, de um procedimento concursal, fazer parte da direção da associação, à qual foram adjudicadas as provas de avaliação psicológica desse mesmo procedimento concursal. -----

----- Disse ao membro Ângelo de Sá, que o montante da adjudicação à CERCIESTREMOZ, das provas Psicológicas do procedimento concursal, foi de 1.595,00€ (mil e quinhentos e noventa e cinco euros) mais IVA. -----

----- Relativamente à questão do SIADAP, frisou que os sindicatos o haviam informado que além da avaliação de desempenho, havia a avaliação curricular, logo os trabalhadores não ficariam prejudicados. -----

----- Saliu que desde que entrou na câmara criou cerca de trinta postos de trabalho efetivos. -----

----- Terminou, a sua intervenção, com uma frase de Fernando Pessoa "(...) meter tudo no gesto mais pequeno que a gente faça", e "isso é entrega, é acreditar (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** respondeu ao senhor presidente "(...) o senhor não fez mais do que a sua obrigação (...)", e acrescentou, a empregabilidade existiu porque a lei permitiu que isso acontecesse, conjuntura que, segundo disse, anteriormente não existiu. -----

Acrescentou que o defender Borba e os trabalhadores da Câmara não é exclusivo do atual presidente



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

e exemplificou de seguida o referido. "(...) aqui há 15 anos atrás, existiam nesta câmara agentes, pessoas que não tinha qualquer vínculo no quadro da câmara, e os quais também foram resolvidos na altura (...)." -----

----- Relativamente aos procedimentos concursais, disse "(...) até poderá ser correto em termos administrativos, mas em termos éticos, fica mal, é um erro crasso, e não pode ser o senhor a assumir, o Movimento Unidos por Borba é que tem que assumir (...)". -----

----- No que respeita ao SIADAP, disse, "(...) é "uma fuga que há na lei "de colmatar os erros políticos", e acrescentou que estranhava a forma como o Sindicato se estava a comportar, relativamente a esta questão. "(...) Os trabalhadores podem ser prejudicados (...). Uma avaliação curricular nunca pode ser igual a uma avaliação que recai sobre objetivos previamente definidos e negociados com os trabalhadores (...)". -----

----- **O membro António Júlio Prates** dirigindo-se ao senhor presidente disse não ter ficado esclarecido, e referiu "(...) A primeira questão é se o senhor presidente tem resultados sobre o desemprego no concelho de Borba, e o que é que o município fez para fomentar e promover o emprego em Borba. A segunda questão tem que ver com a desertificação, quais são os resultados (...) sobre a desertificação no concelho". -----

----- **O membro João Morgado** disse concordar com o exposto pelo senhor presidente da Câmara no que aos setores de atividade implantados no concelho concerne, e no seguimento acrescentou, antigamente o setor da agricultura necessitava de trabalhadores com um tipo de formação, diferente do exigido hoje em dia.-----

----- Explicou, a informática já chegou à agricultura, as máquinas agrícolas têm todas elas, hoje em dia, uma vasta parte eletrónica, tornando-se por esse facto necessário a existência de pessoas especializadas no ramo da eletrónica para as poder manobrar. Adiantou ser necessário olhar o futuro com uma visão diferente da tida até agora. -----

----- Elucidou, adaptar a realidade do concelho, às novas necessidades, tecnologias. Exemplificou, por exemplo os tratoristas de agora, num futuro próximo não vão conseguir trabalhar com os novos tratores porque a formação que possuem não é suficiente, e " (...) o equipamento que eles manobravam, já saiu do mercado, já não se fabrica (...)".-----

----- Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara, disse ser o CEVALOR, um local onde poderia ser efetuado esse tipo de formação. Continuou "(...) O que pedia ao senhor presidente, era que transmitisse às entidades competentes, a nova realidade/ necessidades do nosso concelho, de forma a termos mais oportunidades no combate ao desemprego (...)". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** questionou os presentes sobre se já tinham refletido sobre o futuro do concelho de Borba, e disse "(...) daqui por 10 anos não sei quem é que vive em Borba, (...) no interior do país, mesmo com esta nova estratégia, delineada para a aproximação do interior do país a Espanha (...), mesmo assim não sei se haverá condições para se viver no interior do país. É preciso

**Assembleia Municipal**

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

haver um “abanão” muito grande a nível nacional, (...) transversal a todos os partidos (...). -----  
Salientou, a situação dramática: pela qual passam muitas famílias no interior do país, devido às condições, socio económicas existentes. -----

----- Reforçou a ideia transmitida pelo membro João Morgado, no que concerne à necessidade de se criar condições de trabalho para que as pessoas possam acompanhar a evolução da nova realidade. -

----- Reiterou, senão, daqui a uns anos, Borba e o interior do país, estará um “deserto”, porque as pessoas vão ter que emigrar, para procurar trabalho, organizar a sua vida. -----

----- **O membro João Pedro** relativamente ao SIADAP, referiu “(...) o SIADAP quando não existem objetivos atribuídos e quando os objetivos não são atribuídos nos prazos estipulados por lei, prevê que a nota que é dada a cada um dos funcionários seja igual á última nota atribuída. Se o funcionário não concordar com essa nota pode ou não pedir a ponderação curricular. Não será muito diferente do que tem sido até agora. Aliás, durante 12 anos de SIADAP com a maioria PS, as notas pouco variaram, quem tinha os excelentes, muito bom e bom, eram quase sempre as mesmas pessoas, e agora durante estes anos com a maioria MUB, embora relativa, a coisa também não mudou muito”. -----

----- Relativamente às dúvidas expressas pelo membro Ângelo de Sá, no que respeita às posições do sindicato, respondeu o seguinte: “(...) tenho a certeza, que tanto a Comissão Sindical, quer a Direção Regional do STAL, terão todo o gosto em lhe responder aquilo, que tem sido o resultado das reuniões com o senhor presidente da câmara (...)”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** teceu os seguintes comentários às intervenções anteriores: no que respeita ao desemprego no nosso concelho, disse ter o mesmo sofrido uma diminuição, segundo dados recebidos do Diretor Regional do Centro de Emprego. Acrescentou que o município tinha sido contemplado com a aprovação de mais umas candidaturas de CEI+, o que vai permitir que algumas pessoas possam, num determinado período usufruir de rendimentos, capazes de melhorar a sua vida. -----

----- Relativamente à formação profissional exemplificou necessidades de outros tempos na vida quotidiana, e disse concordar com a intervenção do membro João Morgado e Ângelo de Sá, no que respeita à necessidade de se adaptar às exigências da atual realidade. Acrescentou “(...) É preciso criar condições a nível de formação, para determinado tipo de pessoas, para que elas possam continuar a sua atividade profissional e permaneçam no concelho (...)”. Seguidamente proferiu a seguinte frase “(...) quem cumpre mal a sua função é que é inferior (...)”, isto para dizer que não há trabalhos inferiores ou superiores, tudo depende, como é cumprida a função que lhe é atribuída. -----

----- Reforçou a ideia de que todos juntos, poderão dar contributos valiosos para uma melhoria do nosso concelho. Disse “(...) Isto não é uma questão política de A, B, ou C, é uma questão de bem-estar, desenvolvimento do nosso concelho (...)”. -----

----- Afirmou “(...) a política nunca pode ser separação de coisa nenhuma, o respeito e a amizade



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

que temos uns pelos outros, não pode ser separada pela “porcaria” da politica (...). A politica tem de ser de união clara”.

----- O membro Rui Franco desejou boa noite e um excelente 2017 a todos os presentes, e seguidamente colocou duas questões ao senhor presidente da câmara: 1ª- qual é o ponto de situação do CEVALOR; 2ª- qual o ponto de situação da ETAR de São Tiago Rio de Moinhos.

----- O membro Ângelo de Sá referiu “(...) eu costumo dizer que nunca foi nem será a politica que divide as pessoas, há outras coisas mais complicadas, se calhar, que as divide, são outras questões que não tem nada a ver com politica”.

----- No que respeita à empregabilidade, salientou que nunca foi defensor da vinda de grandes empresas para Borba. Mais valem 50 pequenas empresas com 4 postos de trabalho cada, do que uma com 200 postos de trabalho.

----- Informou que “(...) em cerca de um ano, uma instituição, aqui na região criou cerca de 30 microempresas, e dessas 30, quatro delas já geraram postos de trabalho, e essa instituição é agora proibida porque não tem mais técnicos para acompanhar essas empresas (...)”.

----- Adiantou existirem neste momento, mecanismos que permitem criar pequenas empresas, o que é preciso é falar-se com as instituições certas e com os sítios certos (...)”.

----- O presidente da Câmara Municipal respondeu ao membro Rui Franco, que tinham recebido naqueles dias, a comunicação sobre o processo de insolvência do CEVALOR, no entanto estavam atentos à situação.

----- ETAR de Rio de Moinhos – “o projeto está feito, falta estabelecer contacto com um proprietário de um terreno, até março sairá o projeto, e o concurso da ETAR”.

----- No que respeita à intervenção do membro Ângelo de Sá, teceu as seguintes considerações: “(...) se essa instituição quiser vir falar comigo, no sentido de criarmos emprego, no concelho, eu estou aberto ao diálogo, para o bem de Borba (...)”.

### **PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia**

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal de acordo com o artigo nº 50 do Anexo I da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, propôs ao plenário a inclusão do **ponto 3.12 Fixação do Feriado Anual do Município de Borba para o ano de 2017**, na ordem do dia, tendo o plenário deliberado por unanimidade a inclusão deste ponto.

### **PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.**

----- O presidente da Câmara Municipal relatou todos os contactados mantidos com o ministério da Indústria, nas pessoas dos Adjuntos do secretário de Estado da Industria a fim de tratar do assunto do



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

CEVALOR. Disse "(...) Nessas conversações foi transmitida toda a situação do CEVALOR, acompanhada de documentação, que testava a situação daquele organismo. Salientámos a importância deste Centro Tecnológico no desenvolvimento do concelho, do laboratório ali instalado, nas pessoas qualificadas que ali trabalham, mas no fim as respostas foram muito vãs. A ideia retirada de tudo isto é que somos pequenos de mais para nos ligarem importância, porque nem a minha conversa, nem os documentos enviados pela Assembleia Municipal, a pedido do PS, para os diferentes organismos fortaleceram os resultados". -----

----- Seguidamente respigou, as reuniões tidas com a adjunta do Secretário de Estado das Autarquias Locais, e com a Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade. -----

----- Explicou "(...) na reunião com a Adjunta do Secretário de Estado das Autarquias Locais, apresentei a intenção de pagar o PAEL, através de um empréstimo que pretendo fazer, e libertar-me de tudo o que seja Plano de Ajustamento Financeiro. A resposta que obtive, foi para aguardar, pela avaliação do orçamento de Estado, para ver o que seria possível fazer, porque o próprio estado tem organismos, Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas, que nem sempre opinam da mesma forma, sobre os mesmos assuntos". -----

----- Seguidamente realçou o bom desempenho de todos os funcionários do município em quem confia, e em quem acredita todos os dias. -----

----- Adiantou, "(...) estou convencido que depois de analisado o orçamento de estado, nós, dentro de pouco tempo podemos avançar com as coisas, que pretendemos, e que sejam mais benéficas para o nosso concelho". -----

----- Acrescentou ter reunido com a Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, na qual foi apresentado e discutido o problema do realojamento das pessoas de etnia cigana, de forma a ser encontrada uma solução para a situação. Dessa reunião, segundo disse, surgiu uma outra reunião com o Alto Comissariado das Migrações, para a Etnia Cigana, o qual se deslocou a Borba e visitou o local onde habitam as pessoas de etnia cigana. -----

----- Referiu "(...) o que se concluiu desta visita, além das construções ilegais que ali existem, é a falta de condições em que aquelas pessoas habitam". Continuou, "(...) há pouco tempo falaram-me em apoiar os refugiados internacionais, sem ter nada contra uns ou outros, mas se eu tenho refugiados nacionais que não ajudo, vou ajudar os refugiados internacionais? Com todo o respeito por todas essas pessoas, penso não ser correto da minha parte, tal atitude. Em minha opinião, primeiro tentar resolver o problema dos que cá estão, e depois resolver o dos outros (...)". -----

----- No que respeita às outras atividades de câmara, disse que todas as atividades desenvolvidas referentes aos seus pelouros estavam espelhadas nos documentos entregues a todos os membros, e que se encontrava disponível para algum esclarecimento, que entendessem ser necessário. -----

----- Afirmou "(...) Borba neste momento é uma terra respeitada pela Inspeção Geral das Finanças, Tribunal de Contas, que tem feito tudo com muito bom senso, equilíbrio e acima de tudo olhando sempre



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

aquilo que se pode fazer, não aquilo que se queria fazer (...)"

Relativamente à situação financeira da Câmara pediu permissão ao presidente da Assembleia Municipal para que o Chefe de divisão Dr. António Passinhas, numa forma sucinta esclarecesse os presentes.

O chefe de divisão António Passinhas desejou boa noite a todos os presentes e disse "(...), o relatório financeiro, é respeitante aos primeiros onze meses do ano. As receitas correntes estão nos 86%, as de capital nos 104%, receitas totais na ordem dos 89%. As rubricas com menos execução, nas receitas correntes serão os impostos indiretos, mas mesmo assim, com 62% de execução. As taxas, multas e outras penalidades com 59%. Nas receitas de capital, só as vendas de bens de investimento é que não tiveram execução, porque não houve vendas de terrenos, nem de imóveis. Nas despesas correntes com 88%, despesas de capital com 74%, e as despesas totais com 85%. São execuções que nos dão alguma tranquilidade ao nível da execução.

Dívidas a terceiros, nos primeiros onze meses uma redução de 22%, setenta e dois mil euros (72.000,00€), nas dívidas de médio e longo prazo, não há nenhuma variação, porque estamos a falar de FAM e de Acordo de Regularização com a ADSE. Empréstimos andam nos seiscentos e trinta e sete mil euros (637.000, €), de acordo com o serviço da dívida, menos 8%. Dívida total, redução de 8%, menos seiscentos e oitenta mil euros (680.000,00€) que no início do ano. Mais preocupante a situação do equilíbrio orçamental, negativo em cento e sessenta e três mil euros (163.000,00€). Atenção, isto refere-se aos primeiros onze meses, já houve variações significativas, a única situação preocupante na área financeira era a questão do equilíbrio orçamental. Estamos no final do ano, e podemos dizer que vai haver equilíbrio orçamental. A execução já é diferente da que está nos documentos distribuídos, estaremos a falar de execuções de receitas totais na ordem dos 99,5% do orçamento e de despesa de 96% (...)"

O membro Joaquim Trincadeiras desejou boa noite e boas festas a todos os presentes, e referiu: "Neste último trimestre, de 15 de setembro a 21 de dezembro de 2016, começo por registar uma alteração comportamental por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em que Ministros e Secretários de Estado passaram a ser parceiros privilegiados para reunir, o que não deixa de ser uma agradável surpresa.

Sei que tudo isto "vale o que vale", mas vale mais tarde que nunca, Senhor Presidente.

Das atividades afetas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicito mais esclarecimentos sobre a problemática do Alojamento Temporário das Famílias de Etnia Cigana, até porque em 24 de junho de 2016, o Senhor Presidente proferiu algumas afirmações que me deixaram curioso e que gostaria de ver esclarecidas".

Disse "(...) Passo a citar a Ata da Assembleia Municipal de 24 de Junho de 2016(...)", na qual, segundo disse, consta ter o Senhor Presidente da Câmara dito "Como os senhores sabem, a comunidade cigana em Borba, no ano 2010 era composta por cerca de 92 pessoas, que neste momento



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

são cerca de 150 pessoas.” (pag.7) ----- “...não veio ninguém de fora.” (pag. 15) (...)” -----

----- Continuou, Senhor Presidente, este é um assunto bastante delicado e que não deve ser tratado com ligeireza. -----

----- Pelos números avançados pelo Senhor Presidente (pág. 5) da ata da Assembleia Municipal de 24 de Junho de 2016, ainda que contrariando todos os estudos, deduzimos que esta comunidade é detentora de uma das maiores e mais efetivas taxas de fecundação, é que em cerca de cinco anos e meio, nasceram nesta comunidade cerca de 60 pessoas, o que é obra! -----

- Detalhando: -----

-. É o senhor quem o afirma, “não veio ninguém de fora.” (pág.15) Logo, se de cerca de 150 (de agora) retirarmos 92 (de 2010), verificamos que em cerca de cinco anos e meio estão nesta comunidade mais 58 pessoas que, só podem ser crianças com, até, cinco anos e meio! -----

Porém, aqueles que durante o verão de uma forma abusiva se apoderaram do *ex-libris* da cidade, a Fonte das Bicas, do Lago e até do Espelho de Água no Jardim Municipal para aí tomarem banho, têm mais de cinco anos e meio. -----

----- Mais de cinco anos e meio têm aqueles que ergueram um “anexo” ilegal em tijolo, à vista de todos, no espaço que ocupam, anexo este que fazendo fé nas suas afirmações de há seis meses, tanto na Assembleia Municipal de 24 de junho, “o imóvel vai ser demolido” (pag. 14), como na reunião de Câmara de 20 de Julho de 2016, quando questionado sobre esta matéria pelo vereador Nelson Sousa, “O despacho de demolição foi feito, e têm agora 30 dias para demolir” seria para demolir, mas passados meio ano... continua “de pé”! -----

Chegados aqui, pergunto: -----

- 1) Se o Município já encetou algum contacto com esta comunidade tendo em vista corrigir alguns comportamentos que os vêm colocando à margem, não ajudando à sua integração na sociedade. -----

- 2) Se já houve conversações entre a técnica da Câmara, a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia, tendo em vista uma solução para o realojamento das famílias de etnia cigana, questão esta já colocada pelo vereador Nelson Sousa em reunião de Câmara a 20 de Julho de 2016 e que recebeu, na altura, uma curiosa e esclarecedora resposta por parte do Senhor Presidente, cito, “... o acompanhamento por parte da Câmara, Segurança Social e Santa Casa da Misericórdia nunca mais foi feito da forma que deveria ser.” -----

- Senhor Presidente, efetivamente “somos pessoas adultas, somos pessoas que vimos a uma assembleia, para discutir e resolver os problemas sérios de Borba, não para arranjar enleios.” (pag. 8) mas não podemos de forma alguma, “comer e calar”, talvez esta fosse a forma mais simpática para concluir um mandato que, a todos os níveis, tem deixado mesmo muito a desejar. -----

----- Defendo que com todos juntos, Borba conseguirá fazer mais e melhor! -----

----- **O membro Ângelo de Sá** sugeriu que primeiro fossem tratados os assuntos das atividades da



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

câmara e depois da situação financeira, de forma a facilitar a elaboração da ata. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que o total da população de etnia cigana a viver em Borba é de 150 pessoas. Esclareceu que nenhuma das pessoas de etnia cigana a residir em Borba, veio de fora, depois de ter sido feito o recenseamento. Houve sim, um grande aumento de natalidade nestas famílias. Adiantou, que parte das obras ilegais, existentes no local onde residem estas famílias, tinha sido derrubada. Continuou "(...) as condições em que aquelas famílias vivem é lamentável. Na devida altura, os três intervenientes no realojamento destas famílias, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia e Câmara Municipal de Borba, deveriam ter acautelado esta situação, tomando as devidas providências, porque agora a situação está muito complicada. Estamos a falar de seres humanos, que vivem em condições lamentáveis". -----

----- Terminou, a sua intervenção, referindo que "(...) estas pessoas têm que pagar taxas e contribuições, como todos nós e comportarem-se da mesma forma que todos nós, mas para isso também têm que ser criadas condições (...)". -----

----- **O membro Joaquim Trincheiras** disse terem os dados fornecidos, sido fornecidos pelo senhor presidente da Câmara. -----

----- Informou estar o "palheiro", situado debaixo do acesso à variante, próximo das habitações das famílias de etnia cigana (zona industrial), que tinha na altura sido demolido, já estava novamente erguido. Seguidamente questionou o senhor presidente sobre se aquele "palheiro", era para continuar assim. Continuou "(...) se nós pagamos a nossas taxas e temos leis a cumprir, (...) que estas pessoas também se comportem e cumpram como nós. O querer ir ao parque, ao jardim municipal com crianças e não puder ir, não é que me estivessem lá a impedir, mas ao chegar e deparamo-nos nos baloiços com pessoas de 14, 15, 15, 20 anos, o senhor chega lá, e vem-se embora, como eu vim, e como muitos borbenses vieram". -----

----- Justificou aquela sua intervenção como um alerta e pediu ao senhor presidente da Câmara que fizesse chegar aquele alerta junto das autoridades competentes, de forma a se tentar resolver um assunto que é do interesse de todos. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** aconselhou o senhor presidente a "(...) ler algumas coisas sobre o comportamento e atitude das pessoas de etnia cigana, de forma a compreender que o que acabou de dizer, não corresponde á totalidade da verdade (...)". -----

----- No que respeita aos refugiados, disse ao senhor presidente da Câmara que devia ouvir as declarações do Secretário de Estado das Nações Unidas, o qual, segundo referiu, disse "(...) a minha mãe é tratada e acompanhada por pessoas que nada têm que ver com Portugal", "(...) se calhar essas pessoas (refugiados) podem ser utilizadas para fazer esse tipo de trabalho, que em Portugal não se encontram, contrariamente ás pessoas de etnia cigana, que isso não farão seguramente". -----

----- Relativamente ao CEVALOR, referiu não poder a difícil situação em que se encontra essa organização, ser atribuída aos trabalhadores, nem á Administração. Afirmou que na sua opinião, os



Borba

## Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

responsáveis por esses problemas são os empresários do mármore. -----

----- Referiu ter sido falado numa reunião que o senhor presidente e outros autarcas, tiveram com o Secretario de Estado do Ambiente, “ (...) este assunto do CEVALOR, a propósito de uma coisa que se chama Economia Circular, e na qual foi dito que havia muito dinheiro para ser investido na Economia Circular de apoio em termos ambientais (...)”. -----

----- Continuou “(...) se na altura tivesse havido força suficiente, por parte dos responsáveis autárquicos, (...) tinha acontecido que no Alentejo 2020, em vez de a Economia Circular estar canalizada basicamente para a agricultura, voltaria a estar novamente canalizada para os subprodutos do mármore (...)”. -----

----- Frisou que os autarcas desta zona têm que demonstrar interesse e empenhamento na continuidade deste centro tecnológico. “Se os poderes deste centro não fossem transferidos para organismos satélites, provavelmente, continuaria a desempenhar as funções que sempre desempenhou, e que estiveram na origem dessas organizações que neste momento o circundam e se calhar o secam (...)”. -----

----- Propôs ao senhor presidente da Câmara “(...) lidere as câmaras da zona dos mármore, obrigue os autarcas a vir reunir consigo, e em conjunto tomem uma posição dura e forte junto do governo (...) mesmo aqui na região há quem se vanglorie com o encerramento daquela instituição. (...), neste momento, tenho conhecimento que há associações a criarem-se para desempenharem as funções que o CEVALOR desempenhava (...)”. Há cerca de seis anos tentaram fazer o mesmo, com a criação de uma fundação em Vila Viçosa, não conseguiram na altura, porque eu sempre tentei que não o fizessem, conseguiram agora com a asfixia financeira deste centro tecnológico”. -----

----- **O membro Gabriela Coelho** desejou boa noite a todos os presentes e aproveitou para desejar boas festas a todos. -----

----- Seguidamente, disse “(...) fiquei surpreendida que a renegociação do PAEL, apareça novamente no orçamento do município para 2017, como a solução de todos os males deste concelho, principalmente quando eu vi na comunicação regional, desde 2015 que era intenção do município renegociar realmente o PAEL, por achar que não era benéfico para o concelho”. -----

----- Continuou “(...) já percebi que a posição da DGAL não é clara, (...) então, começo por perguntar se existe alguma proposta de algum banco disponível, ou interessado em financiar o município de Borba e em que condições? Se existem esses documentos, os mesmos já deveriam ter sido apresentados para análise e discussão nesta assembleia municipal, (...)”. -----

----- Relativamente ao empréstimo contratado do PAEL perguntou o seguinte: “ (...) qual é o custo de financiamento da Republica Portuguesa à data, uma vez que a taxa de juro do PAEL inscrita na cláusula 5 no contrato de financiamento, refere que a taxa de juro praticada, na data em que se deve o pagamento da prestação, amortização mais juros, é o custo de financiamento da República Portuguesa acrescido de 0,15 de spread. (...) fui ver nesse contrato que a taxa de juro inicialmente contratada foi



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

de 2,95%, mais os tais 0,15 spread. Descobri que no dia 15 de novembro de 2016, dava lugar ao pagamento da segunda prestação do ano no valor de 186.022,58€, com um montante de juros de 63.869,00€. Gostava de saber quanto é que o município pagou de juros em novembro ao PAEL, certamente não foi este valor, porque eu fui consultar o site do Instituto de Gestão do Crédito Público e descobri para surpresa minha, que o custo de financiamento da República Portuguesa à data de ontem era exatamente 1,6%, à data da contratação do PAEL era de 2,95% (...), com os 0,15, significaria que a taxa, era ontem de 1,75%". No seguimento desta exposição concluiu "(...) para o município ter um empréstimo bancário com uma taxa de juro inferior à que está atualmente em vigor pelo PAEL, por força do custo de financiamento da República Portuguesa, não é uma taxa de juro fixa, é uma taxa de juro que varia (...), eu considero que o município teria de ter capacidade para negociar o spread abaixo de 1,5%, o que me parece impossível, face ao historial de endividamento do município, ou face ao Raiting do município. Para ser vantajoso para o município, o banco teria de emprestar a uma taxa de 0,75%, ora bem, no empréstimo de Curto Prazo que vamos votar mais á frente nesta assembleia municipal, o spread do Banco SANTANDER TOTTA é de 0,79%, e estamos a falar de um empréstimo a Curto Prazo (...)". Acrescentou "(...) Após feitas todas as contas, deduz-se que o município, caso conseguisse ter uma descida de 1% na taxa de juro, ao final do primeiro ano teria uma poupança de 50.000,00€. (...) eu não acredito que seja este valor 50.000,00€ que está a condicionar o desenvolvimento do concelho (...). eu acredito que a renegociação do PAEL, deva ser um objetivo do município, (...) mas não podemos criar falsas expetativas, nem com essas falsas expetativas, justificar os problemas ou a ausência de soluções, ou a falta de dinheiro para a realização de investimento (...)".

----- **O presidente da Câmara Municipal** esclareceu terem sido as reuniões tidas com os Secretários de Estado, independentemente das cores políticas de cada um, reuniões de aconselhamento. -----

----- Seguidamente disse ter colocado em prática os conselhos recebidos, e ter resultado da aplicação dos mesmos, a gestão equilibrada que o município de Borba atualmente tem, com um prazo de pagamento quase imediato.-----

----- Em continuação disse ter estado a reunião tida com o Secretário de Estado do Ambiente relacionada com as águas, e ter surgido dessa reunião a hipótese de Borba pertencer às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- Recordou ter sido com a transição das Águas do Centro Alentejo (venda de ações) para as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que se conseguiu pagar toda a dívida existente.-----

----- Frisou o facto de neste momento o município de Borba ser "um bom pagador". -----

----- Respondeu ao membro Maria Gabriela, estar a solução transmitida pela Secretária de Estado do ministro das Autarquias Locais, para a questão da renegociação do PAEL, pendente do que iria resultar da análise do orçamento de estado. -----

----- Disse "(...) O orçamento está a ser analisado para que se possa iniciar a renegociação. Se a taxa dos juros do PAEL a 18 anos for muito desequilibrada, (...) nós como somos bons alunos,



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

tentaremos a alteração do Plano de Ajustamento Financeiro (...). -----

----- Relativamente ao CEVALOR proferiu os seguintes comentários" (...) este centro foi implantado naquele local, devido à abdicção do direito de superfície por parte do município de Borba, e da abdicção de duas pessoas no que respeita á exploração daqueles terrenos. O município de Borba estabeleceu na altura, que se por qualquer motivo o CEVALOR mudasse de atividade ou fosse extinto, tudo o que lá estivesse, revertia para o município de Borba, mas o membro Ângelo de Sá, enquanto presidente da Câmara de Borba, fez um ónus de reversão, e deu tudo aquilo ao CEVALOR. Ao fazer o ónus de reversão, aquele terreno deixou de ser propriedade do município de Borba". -----

----- "Com o aparecimento dos valores de pedra, surgiu o afastamento do setor do centro de valorização, afastaram os municípios do centro de valorização (...). -----

----- Acrescentou que o interesse demonstrado na resolução da situação do CEVALOR, não tinha sido bem-sucedido, exemplificando de seguida," com o impedimento do aumento da capital e com a layout, a qual nem sequer foi aprovada (...), porque se tivesse sido bem-feita as pessoas recebiam aquilo a que tinham direito". -----

----- Realçou a importância da formação dada no CEVALOR, referindo "(...) durante muito tempo esta escola de formação teve influência positiva no desenvolvimento da nossa zona (...). -----

----- Afirmou "(...) o mais importante para uma região é criar riqueza, criar trabalho e distribuir riqueza (...). Reiterou "(...) as funções é que contam e não há funções inferiores e a maior parte de nós cumprimos mal a nossa função, por isso somos inferiores (...). -----

----- Adiantou, não entender "(...) como é que um Centro Tecnológico, como o CEVALOR, que tem um Conselho de Administração, uma Assembleia Geral, deixa arrastar a situação até ao ponto em que se encontra, decerto que não foi nos últimos tempos que os problemas surgiram, segundo me consta são problemas com algum tempo e que não foram resolvidos em tempo útil (...). -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse "(...) o senhor presidente teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Ambiente em Estremoz, onde foi feita uma visita ao CEVALOR, e onde lhe foi falado da Economia Circular (...). -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tinha tido aquela reunião. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** continuou "(...), o Secretário de Estado teve uma reunião em Estremoz com os presidentes da câmara, onde foi falado de *cluster's*, e curiosamente no dia seguinte à votação por o maior credor Caixa Geral de Depósitos contra o PER - Processo Especial de Revitalização, saiu uma coisa importante que podia ter viabilizado o CEVALOR (...), que foi os Sistemas de Incentivo às Ações Coletivas (SIAC'S) (...). -----

----- No que respeita ao Onús de Reversão do CEVALOR aconselhou o senhor presidente a consultar os documentos existentes na câmara, relativos ao Onús de Reversão, "(...) e vai concluir, que o Onús dizia que o terreno reverteria se o Centro Tecnológico não se construísse. Esse Onús impedia na altura a Administração do CEVALOR de recorrer a um empréstimo bancário, porque com esse Onús não



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

haveria contração de empréstimo". Continuou "(...) não faz sentido a existência de esse Onús. O Onús de reversão deveria ter sido retirado logo que o Centro Tecnológico foi construído (...)". -----

----- Relativamente à Economia Circular realçou que não podia ser só a câmara de Borba a atuar, tinham que ser as quatro câmaras (Borba, Vila Viçosa, Alandroal e Estremoz), a tomarem medidas. ---

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** deduziu da resposta do senhor Presidente, que ainda nenhum banco tinha apresentado uma proposta, para a renegociação do PAEL. Acrescentou "(...) então estamos a discutir uma solução que não sabemos tão pouco se é possível (...), não podemos fazer depender o orçamento do próximo ano de uma solução que se desconhece se é possível ou não! O que temos a certeza é que o PAEL, tem sido um bom negócio para o município, porque foi contratado a uma taxa de juro de 2,95%, mais 0,15 de spread, e á data de ontem essa mesma taxa final era apenas de 1,75%, (...)". -----

----- Seguidamente, perguntou qual tinha sido o valor pago em juros do empréstimo do PAEL, no mês de novembro. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu o seguinte "(...) o PAEL tem a mesma taxa de juro desde o primeiro momento até ao último momento. Quando se referem à data, é à data do desembolso. O PAEL, no caso do Programa I, tem três desembolsos, no caso do Programa II tem dois desembolsos. A taxa de juro que vai retratar, todo o serviço da dívida, é a taxa de juro da mistura destes desembolsos. No caso do município de Borba, o primeiro desembolso ocorreu a 24 de maio de 2013 (...) -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** interrompendo "(...) quanto é que pagou de juros em novembro? O valor dos juros." -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** continuou "o valor dos juros no mês de novembro foi de sessenta e dois mil cinquenta e seis euros e trinta e seis cêntimos (62.056,36€). -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** perguntou "(...) e quanto pagou de capital?" -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu "o mesmo montante de sempre, cento e vinte e dois mil, cento e cinquenta e dois euros e noventa cêntimos (122.152,90€). -----

----- **O membro Maria Gabriela Coelho** continuou "(...) de acordo com o plano provisional de amortizações do empréstimo no âmbito do PAEL, que tenho aqui, que faz parte do contrato do PAEL (...), eu posso lhe dizer, que estava previsto a oitava prestação no dia 15/11/2016, e que o valor dos juros é de sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos, (63.869,68€). Afinal o valor pago foi mais baixo". -----

----- **O membro Sérgio Gazimba** desejou boa noite a todos os presentes e referiu que ia ser muito objetivo na sua intervenção: -----

- CEVALOR – Onús de Reversão extinto – perguntou "(...) será que existe alguma possibilidade do terreno ou do edifício voltar a ser da câmara?" -----

----- Comunidade de Etnia Cigana - disse serem os hábitos e costumes desta etnia diferentes dos

nossos, e alertou para a possibilidade de aproveitamento dessa comunidade, caso venha a existir uma tentativa de realojamento ou possibilidade de realojamento, fundamentando a sua afirmação com base em casos onde a comunidade de etnia duplicou o número de elementos, aquando da implementação de um plano de realojamento. -----

----- Situação na Cruz de Cristo – disse “(...) o que lá está, não é mais que o resultado de uma vontade enorme de fazer um realojamento rápido e eficaz, para se tentar fazer qualquer coisa como um Parque de Feiras (...)”. -----

- PAEL – “(...) se foi bom negócio, só se foi para os bancos, porque os contribuintes Borbenses, desde a implementação do PAEL que pagam as taxas máximas (...)”. -----

----- Dirigindo-se ao senhor presidente da câmara realçou o facto de ter sido a questão da adesão ao PAEL uma questão política. -----

----- No que respeita à variante da EN 255, perguntou “(...) que se passa com aquela obra? Houve algum impedimento para que a obra esteja parada? Vai haver alterações orçamentais à obra?”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Sérgio Gazimba, não existir nenhuma derrapagem a nível financeiro na variante da EN 255, e que está tudo a correr dentro da normalidade. -----

----- No que respeita ao PAEL, referiu dever-se o cumprimento das metas estabelecidas, aos borbenses, “(...) os quais pagam as taxas máximas”. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** informou ter vindo o dinheiro utilizado na altura, para o realojamento das famílias de etnia cigana, da Santa Casa da Misericórdia, e elucidou ter sido a contribuição da câmara de somente cento e dez mil euros. -----

----- Relativamente ao Relatório Financeiro, expôs uma dúvida ao Dr. António Passinhas, “(...) em 2013 o valor espelhado nos documentos, respeitantes à Evolução da dívida é de onze milhões quinhentos e vinte e três mil novecentos e sessenta e oito euros (115.23.968,00€), em 2016 é de sete milhões , seiscentos e vinte e três mil e trezentos e dezoito euros (7.623,318,00€), subtraído estes valores, o resultado final é uma diminuição de três milhões e novecentos mil euros (3.900,000,00€). Agora pergunto, se não tivesse havido o movimento (entrado) dos seiscentos mil euros (600.000,00€) resultante da operação de Participação nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, o que teria acontecido em 2016, qual era o valor”, -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** respondeu que o valor seria superior em seiscentos mil euros (600.000,00€). -----

----- **O membro Ângelo de Sá** agradeceu e disse que já estava esclarecido. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite e continuação de boas festas, a todos os presentes, e disse que as atividades desenvolvidas referentes aos seus pelouros estavam espelhadas nos documentos entregues a todos os membros, no entanto encontrava-se disponível para algum esclarecimento, que entendessem ser necessário. -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- **O membro João Pedro** disse estar a sua intervenção relacionada com o Relatório de Atividades do Município, mais concretamente com o **“Despejo de fossa da zona Industrial da Orada”**. Explicou “(...) é um equipamento com algum tempo, (...), que deve ser dotado com uma infraestrutura que permita tratar, aquilo que são as águas residuais, que são criadas na Zona Industrial da Orada”. -----

----- Relativamente ao PAEL e PAF, proferiu o seguinte desabafo “(...) o que nos faltava também, é que a taxa de juro do PAEL fosse mais alta que aquilo que é, porque isto é um empréstimo é um plano de ajustamento financeiro que condicionou o município, durante estes anos todos (...), e se a taxa de juro fosse mais alta, não sei onde estaríamos, porque quem está a pagar efetivamente o PAEL são todos os borbenses. Na renegociação do PAEL, terá que haver um equilíbrio naquilo que se terá de vir a pagar em termos de juros (...), se conseguir um empréstimo junto de um ou mais bancos, e se isso valerá a pena, para que a câmara se liberte deste “garrote”, para que possa fazer os investimentos necessários, para que o concelho efetivamente se desenvolva”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro João Pedro estar a questão do processo da fossa a ser avaliado. -----

----- Seguidamente adiantou, estar sediada naquela zona industrial da Orada uma única empresa que já tinha criado alguns postos de trabalho na freguesia da Orada. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** referiu que após a resposta do chefe de divisão, relativamente ao abatimento da dívida, verificou que o total abatido na realidade, retirando os seiscentos mil euros que resultou dos dividendos, foi de três milhões e trezentos mil euros e não de quatro milhões e quinhentos mil euros, como já tinha sido dito pelo senhor presidente. -----

----- Seguidamente pediu ao senhor vereador Joaquim Espanhol, que lhe explicasse o que se tinha passado, para que fosse necessário, **“Trabalhos de pedreiro e canalizador na substituição de torneiras de duche e reposição de azulejos em balneários das Piscinas Cobertas, (...) seguramente que isto ainda devia estar na garantia, deve haver cauções (...), que poderiam ter resolvido este assunto”**. -----

----- Relativamente à abertura da estrada de acesso à variante da EN 255, “(...) a qual os eleitos do PS consideram importante (...)”, informou o seguinte “ (...) de acordo com as redes sociais, a obra iniciou em 19 de outubro de 2016, na documentação pedida, pelos eleitos do PS e posteriormente recebida “(...) *Pasta correspondente à exportação do procedimento da plataforma eletrónica de contratação pública, relativa à empreitada de ligação entre a “variante da EN 255 e a Zona Industrial do Alto dos Bacelos”*, analisando o que saiu da plataforma que dizia “ (...) no dia 30/09/2016, despacho do senhor presidente, órgão com decisão de contratar, informação dos títulos de retificações. Este documento não consta na plataforma, não foi fornecido (...). Pedido de informação dos títulos das notificações, também não foram fornecidos, estamos a falar do dia 13/10/2016. No dia 24/10/2016 é depositada a garantia bancária, numa data onde não havia seguramente contrato. No dia 04/11/2016, aparece a minuta de contrato. No dia 07/11/2016, aceitação da minuta de contrato (...), e no dia



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

16/11/2016 contrato. Mas quer o Plano de Segurança e Saúde, quer o desenvolvimento do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, não foram submetidos. Temos uma dúvida, foram entregues? Estão aprovados por o coordenador de segurança do dono da obra? Em que data? Os eleitos do PS precisam de saber todas estas coisas, para salvaguardar a atividade da câmara, e para que não sejam depois levantados problemas á câmara municipal (...). Em minha opinião esta obra, iniciou-se um mês antes da consignação (...). As peças desenhadas são parcas no nível de detalhe, relativamente, à complexidade da obra, e ao facto de se tratar de um projeto de execução, que é regulamentado por legislação. Fico perplexo com os técnicos desta casa, porque eu continuo a acreditar que existem bons técnicos (...). Senhor presidente, leia atentamente a Portaria 701H/2008, de 29 de julho, Seção IV estradas, artigos 83 a 88. O Mapa de Orçamento é datado de agosto e menciona em mais que um artigo "(...) por ventura (...) utilização de explosivos (...)", por ventura ... num mapa de orçamentos! Trata-se de um projeto de execução e carece de um estudo geológico (...), imaginemos o que é que isto pode dar." Continuou "Estudo de Impacto o Ambiental (...), a empresa PROJETO, apresenta um paisagismo impacto ambiental, datado de 14/03/1997. (...) O convite refere uma caução de 5% no valor contratual, art.º 88, e nº. 1º., art.º 89 do CCP, mas a garantia bancária é de 10% (...) Art.º 82º., não é elegível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a duzentos mil euros (200.000,00€). Documentos patenteados a concurso pelo adjudicatário, lista de preços unitários é diferente da patenteada a concurso pelo dono da obra. (...) No capítulo relativo a Estaleiros, desapareceu, e o descritivo de alguns artigos foi alterado, no que diz respeito aos explosivos, só no planeamento é que se percebe se vai haver estaleiro. Um - Cronograma de Equipamentos e Equipamentos por atividade, Estaleiro para sessenta e cinco (65) dias, referente a detonador e explosivos. Plano de Trabalho, estaleiro para noventa (90) dias. (...) Cronograma Financeiro de atividades, estaleiro de sessenta e cinco (...) dias".

----- Terminou a sua intervenção realçando "(...), os eleitos do PS, não são contra a abertura daquele acesso, mas o que aqui está, não é grave é gravíssimo, senhor presidente!".

----- **O presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao plenário, uma vez que tinham atingido as zero horas de dia 30/12/2016, se continuavam com a sessão ou marcavam uma sessão de continuação. O plenário concordou em unanimidade, continuar com aquela sessão.

----- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao membro Ângelo de Sá, o referido, e disse que iria procurar saber o que se tinha passado, relativamente a toda aquela situação.

----- **O vereador Joaquim Espanhol** relativamente à obra realizada nas Piscinas Cobertas, informo que a intervenção efetuada, teve que ver com a falta de aquecimento da água nas torneiras do duche dos utilizadores da piscina. "A alteração, foi retirar a misturadora que existia antes dos chuveiros, e colocar uma torneira misturadora em cada chuveiro, para que a água possa ser regulada (...). Não se pediu a alteração à empresa responsável pela obra, porque o que estava em projeto era a misturadora antes dos chuveiros".



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) nos balneários da escola, passou-se exatamente o contrário, substituíram torneiras individuais, por uma misturadora, para gastarem menos água (...)". ---

----- O vereador **Joaquim Espanhol** no que respeita à obra da variante de acesso à EN 255, perguntou ao membro **Ângelo de Sá**, se tinha visto o orçamento, e passou a explicar "(...) na questão da rocha, está lá mencionado, escavação com recurso a explosivos em Rocha, 68,3%, 3747 m<sup>3</sup>. Portanto, esta questão da rocha e dos explosivos está salvaguarda". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** respondeu "(...) mapa orçamento datado de agosto, menciona em mais do que um artigo por ventura utilização de explosivos (...), trata-se de um projeto de execução carece de um estudo geológico, que não foi feito". -----

----- O membro **Maria Gabriela Coelho** relativamente ao assunto do PAEL proferiu os seguintes comentários: "(...) para o Município de Borba ter o PAEL aprovado, sujeitou-se à elaboração de um PAF, que pelas palavras do senhor presidente está a ser cumprido. Agora pergunto (...) quem é que acredita que algum banco vai emprestar dinheiro ao Município de Borba, por vinte anos, por trinta ou por dez, sem exigir qualquer garantia em troca. Tenho a certeza, que serão garantias extraordinárias e que o município estará obrigado a pagar comissões, coisa que não acontece com o contrato de empréstimo do PAEL". -----

### **PONTO TRÊS PONTO DOIS: Monitorização e Acompanhamento do Plano de Ajustamento Financeiro Integrado no PAEL – 3º Trimestro de 2016 – (Informação à Assembleia Municipal).** ---

----- O membro **Pedro Bilro** perguntou ao Dr. António Passinhas se era possível ao Município de Borba alterar a taxa do IMI. "(...) Quais eram as consequências disso? E, se (...) enquanto este PAF estiver em vigor, se alguém pode mexer, reduzir as taxas do IMI e as outras subjacentes". -----

----- O chefe de divisão **António Passinhas** respondeu ao membro **Pedro Bilro** "(...) o contrato de empréstimo do PAEL, tem uma serie de condições subjacentes ao empréstimo, nomeadamente algumas condições obrigatórias, pelo facto de ser Programa I. Manter as taxas máximas de IMI, Derrama e IRS, e mais algumas outras condições. O próprio contrato, estipula que, não havendo deliberação neste sentido, que o contratado em si, se vence automaticamente. Isto quer dizer que, se os órgãos deliberassem algo diferente e se a tutela viesse a verificar isso, e quisesse aplicar isso, que poderia vencer o contrato, (...), no caso do município, ficar numa situação em que ele se vença automaticamente e nós não temos condições para pagar, (...), isto á parte de outra legislação especifica que determina a dissolução dos órgãos que tomam deliberações contrárias a isto". -----

----- Informou, que o Município de Borba por estar no PAEL, tem auditorias regulares do IGF, e as primeiras situações que são verificadas, são as deliberações que a Câmara e a Assembleia Municipal, toma, a que estão os dois órgãos obrigados, verificarem-se se as tomam, e se depois os serviços procedem de acordo com as deliberações tomadas (...)". -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- O membro **Pedro Bilro** perguntou "(...) em relação ao PAF, se se mantiver nos termos em que está, até daqui a 20 anos, é possível baixar a taxa de IMI". -----

----- O chefe de divisão **António Passinhas** respondeu "(...) se por ventura a legislação o vier a permitir, o nosso IMI que está calculado no PAF, ao longo do horizonte temporal, é com a taxa máxima de agora, com uma atualização anual de 1,2%. O contrato estipula, que há a obrigatoriedade de algumas coisas, durante cinco anos, as outras vão depender um pouco da negociação conseguida com a tutela. A própria DGAL já tem referido em resposta ao município, (...) de que pode haver margem em algumas situações. Mas, nos primeiros cinco anos, nas Taxas do IMI, Derrama e IRS, não há qualquer margem (...)". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** salientou que aquele assunto já tinha sido ali falado, pelos menos três vezes, e que as observações dos eleitos do PS, eram sempre as mesmas, "nada aconteceu aos municípios que fizeram o contrário". -----

### **PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº4 da Sessão Ordinária de 24 de junho de 2016.**

----- O presidente da Assembleia Municipal leu um documento, respeitante á redação das atas, que seguidamente transcreve. -----

- "A mesa desta Assembleia tem procurado, aliás como é sua função e apanágio, ser isenta, apenas tomando iniciativa nos assuntos que ferem inequivocamente qualquer raciocínio lógico, ou o rigor dos factos. -----

----- A prova disso é a boa-fé, o empenho e o sentido fortemente democrático de trazer aqui hoje de novo para sujeitar a votação a ata nº. 4, uma vez que surgiram de parte de membros desta Assembleia algumas dúvidas acerca do texto então elaborado. -----

----- Concedemos o benefício da dúvida e fomos revisitar / ouvir as gravações produzidas, muito embora nada nos obrigava a tomar esta atitude, quando seria muito mais fácil e cómodo efetuar logo a respetiva votação. -----

----- Não o fizemos na altura, e não o faremos, porque continuamos a considerar que a democracia não é apenas figura de retórica, mas deverá ser sempre real e participativa, por isso voltámos a contemplar a respetiva ata nesta ordem do dia. -----

----- Temos princípios que nos esforçamos por respeitar. -----

----- Voltamos a recordar que os textos das atas são um resumo e não um relato "Ipsis verbis" do que se passa, como aliás é referido no Art. 51, nº1, que diz textualmente: "De cada reunião ou sessão é lavrada ata que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado etc". -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) que se façam efetivamente resumos, mas que esses resumos espelhem efetivamente o que se passa". -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- O membro **Joaquim Trincbeiras** disse "(...) a ata que foi enviada a todos nós na última assembleia, e que era para ir a votação, não continha nada do que se tinha passado, antes da minha intervenção, nessa mesma assembleia, daí eu ter concordado com a intervenção do membro Paulo Ferreira, de ser feita uma nova análise á ata, porque quem lesse a ata e não tivesse estado presente não entendia o que se tinha passado. A ata que aqui está hoje, espelha o que se passou naquela assembleia. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento á votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com catorze votos a favor (eleitos do MUB, PS e PSD)**. -----

- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros **Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo (MuB); Francisco José Ramalho Mendes (PS); João Miguel Cordeiro Geadas Letras (PSD); Sérgio João Pécurto Gazimba (CDU) e João António Ameixa Morgado (PS)**. -----

#### **PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Análise conducente à aprovação da Ata nº5 da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016.**

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento á discussão. -----

----- Não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento á votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MUB, PS e PSD)**. -----

- De acordo com o nº3 do artigo 34º do Decreto-lei nº4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros **Francisco José Ramalho Mendes (PS) e Maria Gabriela Ramos Coelho (PSD)**. -----

#### **PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 3ª Revisão Orçamental (2ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento).**

----- O presidente da Câmara Municipal disse que os documentos entregues aos membros espelhavam toda a informação, no entanto, encontrava-se á disposição, caso necessitassem de alguma informação adicional. -----

----- O membro **Maria Gabriela Coelho** relativamente aos documentos em análise e discussão, salientou referir mais uma vez o parecer da DGAL, o aumento da despesa, o que significava que, segundo disse, "(...) o pagamento do que está previsto nesta revisão, carecerá de autorização (...)". Seguidamente questionou "(...) esta autorização foi requerida? e (...) é requerida aos membros do governo? (...)". -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara, solicitou "(...)" que em futuros orçamentos ou revisões orçamentais, tivesse em conta o parecer da DGAL "(...)" e passou a explicar, que de acordo com o referido parecer, "(...)" há qualquer coisa que não está a correr bem com a contabilização deste empréstimo de curto prazo. Ou estamos a super valorizar as receitas, ou estamos a subestimar a despesa. Isto porque o empréstimo de curto prazo tem de ser amortizado no final do ano, portanto constitui uma receita e uma despesa de igual valor, à partida, mais os juros. -----

----- **O membro João Pedro** referiu que relativamente a esta 3ª revisão, só tinha a salientar que "(...)" o valor de cento e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e sessenta e oito cêntimos (132.251,68€), provavelmente tinha dado para fazer a tal cobertura que a Escola EB2,3 Padre Bento Pereira de Borba, precisa". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou "(...)" quando se fazem revisões é porque há necessidade de alterar algumas rubricas do orçamento. Segundo a intervenção do membro Maria Gabriela, a informação prestada nem sempre é a mais objetiva, mas se lermos os documentos com atenção, a informação nem sempre é assim tão linear "(...)" -----

----- Em resposta ao membro João Pedro, disse que "(...)" se por vezes houver um melhor planeamento das coisas, os valores que se entregam ou pagam, serviriam para a execução de outros projetos". -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** relativamente á intervenção do membro Maria Gabriela Coelho esclareceu estar a rubrica de Aquisição de Bens de Capital, limitada a setecentos e cinquenta mil euros (750.000,00€) por ano, durante toda a vigência do PAF- Plano de Ajustamento Financeiro. --

----- Continuou "(...)" ao apresentarmos esta proposta excedemos o valor dos setecentos e cinquenta mil euros, (...) no entanto esclarecemos com a DGAL, mesmo depois de termos recebido a apreciação técnica, (...). O que nos importa a nós, é não excedermos ao nível da execução os setecentos e cinquenta mil euros por ano. Se não excedermos em execução não importa quanto temos no Orçamento corrigido, não há necessidade de pedir qualquer autorização. (...) estamos tranquilos no dia de hoje, sabemos que ela vai ficar abaixo dos setecentos mil euros. No que respeita ao empréstimo de curto prazo, a DGAL tem toda a razão, ou seja, nós contratualizámos um empréstimo de curto prazo para duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€), só contraímos cem mil euros (100.000,00€), já o tínhamos inclusive, amortizado á data, mas fizemos alterações orçamentais, ao nível do orçamento da despesa, e não fizemos a alteração orçamental, ao nível do orçamento da receita. Mantivemos cem mil euros de despesa, num empréstimo de curto prazo, mas mantivemos os duzentos e cinquenta mil euros. Após recebermos a apreciação técnica da DGAL, seguimos a proposta desse organismo, com uma alteração orçamental, retirar de imediato os cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) ao orçamento da receita, e alocámos àquilo que já tinha sido receita arrecadada com a venda das prestações sociais, das participações das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Foi um erro dos serviços que eu coordeno, o qual eu assumo "(...)" -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- Dirigindo-se ao membro João Pedro, disse serem os cento e trinta e dois mil euros (132.000,00€) um montante que tinha sido recebido em excesso. -----

----- O membro João Pedro respondeu "(...) a minha questão foi meramente política, não tem nada a ver com questões técnicas, se o projeto da Escola tivesse contemplado e acautelado a questão da cobertura, provavelmente a Câmara não teria de devolver o montante dos cento e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros, sessenta e oito cêntimos (132.251,68€). -----

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com catorze votos a favor (eleitos do MUB, PSD e CDU) e cinco abstenções (eleitos PS)**. -----

### **PONTO TRÊS PONTO SEIS: Documentos Previsionais:**

#### **a) Grandes Opções do Plano para 2017/2020.**

----- O presidente da Câmara Municipal disse "(...) o orçamento é um instrumento de trabalho, que deve ser feito em função da receita, da forma mais rigorosa que pode haver, e acima de tudo é um documento de intenções, claras e objetivas. Este é o nosso orçamento, um orçamento de cerca de sete milhões e meio de euros (7.500.000,00€), é um documento nosso, com opções próprias, o que nós entendemos que seja possível e o melhor caminho para Borba. Este orçamento vem na sequência do que foi feito em 2014, 2015 e 2016. Aceito todas as críticas que sejam feitas pelos partidos da oposição, cada um pode ter as suas opções, as nossas decisões são as que estão espelhadas neste documento, com mais alguma ambição (...)". Continuou "(...), cerca de 38% do valor do orçamento é gasto nas despesas com pessoal. Respeito as ideias de cada um, dos que aqui está, relativamente às Grandes Opções do Plano, mas estas vêm na sequência do que foi feito anteriormente". -----

----- O membro João Pedro disse "(...) os eleitos da CDU, entendem que havia outro caminho, temos obviamente opiniões diferentes, iremos votar contra o Orçamento e contra as Grandes Opções do Plano e entregaremos uma declaração de voto". -----

----- O membro Maria Gabriela Coelho salientou que após a leitura dos documentos em discussão, encontrou algumas contradições, que gostaria de esclarecer com a ajuda do senhor presidente da Câmara. "(...) é referido uma diminuição da dívida total em cerca de quatro milhões de euros (4.000.000,00€). A minha questão é, esta diminuição na dívida orçamental, em cerca de quatro milhões de euros, é para além daquilo que está obrigada a diminuir, por via do PAEL, PAF (..), ou está a reduzir mais? Isto porque (...), se está a reduzir devido ao que está estabelecido no PAF, está a reduzir de acordo com o que estava estipulado no PAF e àquilo a que a lei obriga. Se está a reduzir mais, do que aquilo que é obrigatório, por via do PAEL, está a fazer uma opção, e como tal não se pode desculpar com o PAEL, para dizer que não tem margem para fazer de outra maneira". Continuou "(...) em segundo



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

lugar, constato que refere não se poder candidatar a Fundos Comunitários por causa do PAEL, é claro que existem limitações, mas também (...) constatei através de uma pesquisa que fiz, que há municípios do Alentejo com PAEL I e II, com saneamento financeiro e PAEL, que têm candidaturas aprovadas no Alentejo 2020". -----

----- Referiu não saber se a renegociação do PAEL, seria ou não solução "(...) para todos os males (...)". -----

----- Afirmou "(...) não podemos utilizar o PAEL para justificar seja aquilo que for (...)". -----

----- Realçou a sua preocupação, relativamente à limitação de investimento no concelho de Borba. Esclareceu que não era uma opção do executivo, mas sim a falta de candidaturas no âmbito da nova programação comunitária. O município de Borba neste momento tem apenas aprovada a candidatura do PEPAL. -----

----- Reiterou "(...) preocupa-me essencialmente a diminuição das receitas de capital para o novo ano, no valor de cerca de quatrocentos e quarenta e três mil euros (443.000,00€) (...). Após a pesquisa feita, verifiquei que esta diferença tem que ver com a diminuição em cerca de 50% das transferências dos fundos comunitários (...) ora para receber fundos comunitários necessitamos investir (...)". -----

----- Terminou a sua intervenção, realçando "(...), não investir é estarmos a levar o concelho por um caminho que não tem saída. Neste orçamento municipal isto já se constata, (...) e é com enorme tristeza que chego à conclusão que este executivo, ou quem conduz as suas decisões financeiras, não está a conduzir Borba, certamente pelo bom caminho, estará a conduzi-la ao marasmo, à estagnação ou poderei dizer que está a um passo do abismo". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse concordar plenamente com o que foi dito pelo membro Maria Gabriela Coelho. -----

----- Referiu os investimentos enunciados no orçamento, e designados de vital importância para o desenvolvimento do concelho de Borba; Ligação da variante à EN255 à Zona Industrial do Alto dos Bacelos, PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) de Borba; PAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável). Relativamente à ligação da Variante à EN255 à Zona Industrial do Alto dos Bacelos, disse "(...) se o prazo da obra fosse cumprido, a mesma já estaria pronta". -----

----- Continuou "(...) Repavimentação da EM 508-3 (Borba – Salgada), este projeto vem aqui todos os anos (...)". Acrescentou já terem sido muitas das linhas estratégicas enunciadas neste orçamento referidas em orçamentos anteriores, o que, segundo disse, demonstrava a falta de visão estratégica do atual executivo. -----

----- Frisou a sua preocupação, em não ver nenhuma candidatura por parte do município de Borba, ao projeto fruta nas escolas, pois a aprovação desse projeto permitiria às crianças que não têm fruta em casa desfrutar dos benefícios da mesma. -----

----- Seguidamente disse não constar do orçamento o Plano de Santa Bárbara, nem o Plano da Ecológica, os quais estava previsto serem realizados. Acrescentou não constar igualmente o Plano de



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

Urbanização, em relação ao qual pensava ser obrigatório fazer, ou estar a ser feita, a revisão. -----  
---Terminou a sua intervenção, referindo que os eleitos do Partido Socialista iam votar contra este Orçamento e Grandes Opções do Plano, lamentando ao mesmo tempo “esta estagnação”. Salientou o facto de só ter havido duas Câmaras a não apresentarem candidaturas ao Alentejo 2020, Borba e Vila Viçosa. -----

----- **O membro António Júlio Prates** disse “relativamente ao orçamento e às Grandes Opções do Plano, vou falar somente na parte política, do MUB – Movimento Unidos por Borba, ao qual eu pertença. Quando nos apresentámos às eleições, dissemos sempre que em primeiro lugar, estariam sempre as pessoas, que iríamos tentar salvaguardar os direitos, o bem-estar das pessoas. O certo é que, nos agarrámos demasiado à dívida, ao dinheiro (...). Aquilo que sonhámos para Borba, (...), muitas das coisas não foram realizadas. Quando dizemos que a prioridade das pessoas fica resumida às crianças e aos idosos, alguma coisa não está bem. Porque as pessoas com idades compreendidas entre as crianças e os idosos, não são felizes e não estão bem, e não há desenvolvimento, certamente os idosos e as crianças, também não estão bem, (...). Se não houver desenvolvimento, emprego, todas as coisas que nós dissemos na nossa carta de intenções, essas pessoas sofrem. Na nossa carta de intenções não falámos no PAEL, não falámos na dívida, não falámos naquilo que temos praticado e é muito, principalmente o senhor presidente da Câmara, o executivo, tomou essa opção política que inicialmente não estava prevista, mas foi, o que foi seguido durante estes três anos. Resumindo (...) vejo um concelho se não mais pobre, tão pobre quanto estava, (...), com menos empregos, ainda do que os que havia. Vejo um concelho mais desertificado, que há três anos atrás, e isso a mim entristece-me. Vou votar a favor do orçamento por uma questão de consciência e de fidelidade para com o movimento, mas não é com gosto que voto a favor, porque a política que é seguida, está a penalizar muitos os borbenses, está a penalizar Borba, e como aqui foi dito estamos a entrar no marasmo, e esse marasmo vai ter consequências no futuro”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse “(...) são opções que foram tomadas (...), temos os PARU’S aprovados e apoiados, fizemos três projetos de eficiência energética que já entraram, temos projetos em comum com a CIMAC (...). Respeito as opiniões de cada um, mas estas foram as nossas opções políticas. Não nos queremos desculpar com o PAEL, nem somos refém dele (...)”. -----

----- Salientou a coragem do membro António Júlio Prates, pela sua intervenção, uma pessoa que não se revê nalgumas das opções políticas do movimento, e testemunhou essa mesma posição perante a Assembleia Municipal, mas por respeito ao movimento, votava a favor do orçamento e das Grandes Opções do Plano. -----

----- Referiu que na sua opinião “a desertificação de Borba, não está maior, o desemprego também não aumentou, e as pessoas intermédias não estão esquecidas (...)”. -----

----- Adiantou “(...) o ato do poder, por si é um ato isolado. Quem decide muitas vezes, por muitos conselhos que peça a alguém, a decisão está sempre tomada. Se calhar quem decide, não decide da

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

melhor forma, e quem é poder, ainda que seja temporário, tem que ser no mínimo humilde e modesto para perceber que isoladamente não é ninguém". -----

----- Afirmou ser o documento em discussão, "(...) um instrumento de trabalho, é o nosso instrumento de trabalho, que tem se de ser votado, para que possamos trabalhar (...), com princípios, valores e com intenção de servir as pessoas (...). Enquanto eu cá estiver é para servir". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dez votos a favor (eleitos do MuB), sete votos contra (cinco eleitos do PS, e dois dos eleitos da CDU) e duas abstenções dos eleitos do PSD.** -----

----- Os eleitos do PS, apresentaram e leram declaração de voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento nº4**. A declaração de voto é respeitante aos dois pontos **(a)Grandes Opções do Plano para 2017/2020, b) Proposta de Orçamento para o ano de 2017)**. ---

- Declaração de Voto -----

- Perante a apresentação da Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017, os eleitos do Partido Socialista vêm manifestar o seguinte: -----

- O Orçamento anual de uma autarquia é o principal documento previsional que define a estratégia de gestão e a condução política do município. Além das despesas correntes, que são competência continuada da autarquia, o Orçamento deve manifestar uma estratégia política de desenvolvimento do concelho. -----
- À semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, este executivo continua a extorquir aos borbenses através de um aumento de impostos penalizando assim diretamente as famílias, as empresas e, por conseguinte, quem vive no concelho. -----
- Não se vislumbra, da área social uma preocupação em minorar as carências e o sofrimento dos mais necessitados, ou uma visão dinâmica e interventiva na economia, alavancada pelo investimento público. -----

- Desde 2013 que a autarquia de Borba tem receitas acrescidas. -----

Era tempo de fazer mais, de fazer diferente e, sobretudo, de fazer melhor. -----

Um Orçamento, este Orçamento, não pode ser desligado das mistelas e incapacidades históricas de três anos de mandato MUB. -----

- Mas este é também o último orçamento do executivo MUB. E é o último, não porque termina o mandato de quatro anos, mas porque esta solução está esgotada. Mais, já não conta para a solução, é parte do problema. -----

- Prometeu-se tanto a tantos e, no final, temos uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. O município falhou com as promessas. Não tem rumo. Este orçamento é mais do mesmo e o resultado em 2017, claro está, será o mesmo do passado; desertificação, estagnação, falta de investimento,



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

perda de qualidade de vida etc. -----

- Os eleitos do Partido Socialista votam contra, não porque a consequência deste voto se materialize numa alteração de rumo, mas porque o Partido Socialista tem plena consciência das suas responsabilidades. E cabe ao PS ser protagonista da mudança que o concelho necessita e construir uma alternativa que venha a colocar Borba no rumo certo. -----

- Os eleitos do PS" -----

----- Os eleitos do PSD, apresentaram declaração de voto que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento nº5**. A declaração de voto é respeitante aos dois pontos (a) **Grandes Opções do Plano para 2017/2020, b) Proposta de Orçamento para o ano de 2017**). ---

- "Declaração de Voto -----

- Orçamento para o ano de 2017 -----

- Grandes Opções do Plano para o Ano de 2017 -----

- A adesão forçada ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) por parte do último executivo do Partido Socialista, condicionou negativamente algumas opções políticas neste concelho. -----

-- A exemplo do que sucedeu nos anos anteriores, estes documentos agora apresentados para a discussão e votação, enquadram-se naquela que é a realidade financeira do município. -----

- Somos a favor da renegociação do PAEL desde que isso traga benefícios para o concelho, mas não acreditamos que a mesma seja possível e muito menos que seja a solução para todos os problemas! Também não concordamos com este executivo quando, quase a meio das próximas eleições autárquicas, faz depender única e exclusivamente dessa renegociação o futuro do concelho, uma vez que o PAEL até se está a revelar um bom negócio para o município já que estamos hoje a pagar menos do que o que se esperava aquando da elaboração do Programa de Ajustamento Financeiro (PAF). --- Entendemos que o executivo não se pode desculpar com o PAEL ou com a "falta de liberdade" na gestão autárquica quando tudo indica (pelos documentos apresentados – nomeadamente o parecer da DGAL) que se propõe ir além daquilo a que o PAF obriga. -----

----- Ainda que não concordando com o caminho que tem vindo a ser feito pelo MUB não me parece ser a altura para mudar de posição em relação ao sentido de voto até porque não foram apresentadas propostas concretas para alteração destes documentos e os mesmos não apresentam alterações significativas em relação aos anteriores. -----

- Assim sendo, tal como o fizemos em todo o mandato, optamos pela **ABSTENÇÃO** nestes pontos. ---

- Borba, 30 de dezembro de 2016 -----

- Os eleitos do PSD -----

----- Os eleitos da CDU, entregaram declaração e voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa como **documento nº 6**. A declaração de voto é respeitante aos dois pontos (a) **Grandes Opções do Plano para 2017/2020, b) Proposta de Orçamento para o ano de 2017**). -----

- “Declaração de Voto” -----
- Documentos Previsionais 2017 -----
- Os documentos apresentados, não apresentam novidades relativamente aos anos anteriores, mais não são que a confirmação da desilusão que caracterizou a gestão do MUB, nesta passagem pelos Órgãos Autárquicos do Concelho. -----
  - Um movimento, dito independente, mas que de movimento não teve nenhum e de independente muito pouco. -----
  - Os documentos previsionais apresentados são os últimos do atual mandato e por isso era de esperar que pudesse haver alguma novidade, considerando a melhoria da situação financeira do município, e a entrada, assim se espera, em velocidade cruzeiro do Alentejo 2020. -----
  - Mas o que nos é apresentado é mais do mesmo, ausência de propostas, falta de decisões, inexistência de estratégia, falta de planeamento e deserto de ideias. -----
  - Assistimos à apresentação de documentos de continuidade, de uma gestão corrente, de navegação à vista, sem qualquer rumo ou motivação. -----
  - Uma gestão corrente de péssima qualidade que nem melhora nas receitas, nem diminui nas despesas, absorvendo desse modo todos os recursos financeiros existentes, desaproveitando os recursos técnicos e humanos existentes. -----
  - Passado três anos, e apesar de todos os estrangulamentos originados quer pela situação de dívida, quer pela obrigatoriedade de cumprir o PAEL, isso hoje já não pode servir de desculpa, pois por diversas vezes a CDU apresentou propostas e sugestões para a necessidade de rever o Plano de Ajustamento Financeiro existente, prever a possibilidade de substituição do PAEL por um empréstimo com melhores condições financeiras e que resgatasse para o município toda a autonomia perdida enquanto se mantiver na vigência do PAEL, mas nada foi feito em concreto, apesar de se falar muito em reuniões feitas aqui e reuniões feitas ali. -----
  - As linhas estratégicas apresentadas ao longo dos anos não se traduzem em projetos, ou em execução, e aquilo que se faz contraria as próprias linhas estratégicas como exemplo: -----
  - **IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO:** -----
  - Nestes últimos anos o município tem fomentado a precariedade laboral quer recorrendo aos programas ocupacionais, quer através de estágios quer através do uso e abuso do recurso a empresas de trabalho temporário, para preenchimento de necessidades permanentes de serviço. -----
  - **PROGRAMA DE INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO LOCAL (PIEL)** -----
  - Já se arrasta nos planos há vários anos, sem que nada tenha sido feito, nem foi feito um estudo do programa anterior, nem foi apresentado qualquer proposta de regulamento para o Programa. -----
  - O GADE que poderia e devia ter um papel fundamental nesta estratégia, não existe nem existem propostas para a sua criação e implementação. -----
  - As zonas Industriais e Pólos Industriais existentes não sofreram qualquer investimento, nem qualquer



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

promoção com vista á sua dinamização e ocupação. -----

#### **DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA** -----

- Os acordos de execução e de delegação interadministrativa com as freguesias não são avaliados conforme definido nos mesmos, o que não permite uma atualização constante e fiável dos trabalhos desenvolvidos. -----

- Pelo contrário assiste-se a respostas fora dos protocolos ao sabor do poder discricionário dos eleitos da Câmara, ou ao maior ou menor poder reivindicativo dos Presidentes de Junta que com a sua pressão conseguem ir obtendo, para as suas freguesias, mais do que existe legalmente atribuído. -----

#### **- PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA** -----

- Iniciado em 2015 ainda não será em 2017 que verá qualquer execução. -----

- O Orçamento apresentado para 2017 prevê uma receita para 2017 de 7.490.327,68€, sendo 6.748.138,00€, Receita Corrente e 742.189,68€, de Receitas de Capital. -----

- As principais receitas correntes previstas assentam em transferências do Orçamento de Estado e nos impostos diretos com especial relevância para o IMI. -----

- Também aqui o MUB falhou, uma vez que não conseguiu, como tinha prometido, reduzir o IMI e outros impostos. -----

- Importa ainda repescar o que foi dito em outras situações, pelo Sr. Presidente, nos impostos diretos não podemos mexer por causa do PAEL, mas podemos mexer nas taxas e nos preços, e o que se viu ao longo dos anos? Durante o mandato do MUB, apesar da existência de muitas críticas aos valores elevados cobrados em algumas taxas em comparação com concelhos limítrofes, nada foi feito para rever a tabela limitando-se a atualizar os valores de acordo com a inflação. -----

- Isto levou a que as taxas cobradas pelo município tenham vindo a diminuir ao longo dos tempos. Ao mesmo tempo que se foi criando um clima de impunidade para quem não procede atempadamente aos licenciamentos. -----

- Esta situação de impunidade é cada vez mais sentida, o que já levou a situações em que munícipes, ocupem o espaço público, vedando-o e integrando-o como logradouro de suas casas, sem que a Câmara atue, ou tome qualquer medida. -----

- As vendas de bens de investimento têm sido insignificantes, situação a que não é alheia a situação económica do País, bem como os preços altos a que a Câmara tem colocado os terrenos, as alterações aos regulamentos têm sido demasiado lentas e perdendo oportunidade. Só agora passados três anos surgem as primeiras alterações aos regulamentos. -----

- Do lado da despesa os passivos financeiros continuam a ter um peso exagerado na estrutura da despesa, previsto para 2017 acerca de 983.00,00€, retirando capacidade para novos investimentos. --

- Os Documentos Previsionais apresentados, não mereceram aprovação por parte da CDU, uma vez que não respondem aos principais problemas do concelho. -----

- Não apresentam qualquer preocupação com a política fiscal municipal. -----

- Não apresentam um conjunto de medidas que aperfeiçoem as receitas municipais e melhor critério na assunção de despesas correntes. -----

----- Não apresentam qualquer preocupação com as freguesias quer na avaliação dos acordos e contratos existentes, quer no reforço de meios para uma maior autonomia e intervenção junto das populações. -- - Não apresentam qualquer preocupação, com o reforço de meios para o movimento associativo, apesar de por proposta do vereador da CDU, se ter chegado na Câmara ao entendimento sobre a necessidade de ir aproximando o apoio ao movimento associativo dos valores de IRS recebidos pela impossibilidade de fixar a taxa mínima. -----

----- Não apresentam como prioridades de investimento a manutenção dos equipamentos desportivos existentes por todo o concelho e que apresentam estados de degradação acelerados. -----

- Não apresentam como prioridades de investimento, reparação de estradas municipais que se encontram em péssimo estado como é o caso da Estrada Estremoz – Orada - Monforte, Estrada Barro Branco- Salgada e Borba – Barro Branco. -----

- Os eleitos da CDU “. -----

**b) Proposta de Orçamento para o ano de 2017. -----**

----- O presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dez votos a favor (eleitos do MuB), sete votos contra (cinco dos eleitos do PS e dois dos eleitos da CDU) e duas abstenções dos eleitos do PSD.** -----

**PONTO TRÊS PONTO SETE: Proposta de pedido de autorização à Assembleia Municipal para Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2017.** -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse tratar-se de um empréstimo no valor de 250.000,00€ que serve para despesas imediatas, vem todos os anos, o seu pedido de autorização para contração à Assembleia Municipal. Foram feitos os pedidos às diversas entidades bancárias, sendo o Banco Santander Totta, o que melhores condições apresentou. É um empréstimo de curto prazo que será utilizado e pago no ano de 2017”. -----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** -----

**PONTO TRÊS PONTO OITO: Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Borba.** -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- O presidente da Câmara Municipal informou "(...) o Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do concelho de Borba, vai permitir fazer as coisas de uma forma mais equilibrada". Foi pedido um parecer à ERSAR sobre o Regulamento, nos termos do nº 4, do artigo 62º, do Decreto-Lei nº194/2009, de 20 de agosto. Esta entidade por sua vez, enviou no seu parecer, sugestões que devem ser contempladas no Regulamento, de acordo com a legislação em vigor. -----

----- Segundo o mesmo parecer, "na sequência da análise efetuada, considera-se que o projeto de regulamento submetido à apreciação da ERSAR cumpre, na generalidade, em termos de estrutura e de conteúdo, as exigências legais". -----

----- O projeto de regulamento acima identificado foi aprovado pela Câmara Municipal de Borba em reunião de Câmara do dia 6 de julho de 2016, e submetido a consulta pública. -----

----- Realçou "(...) este regulamento, pretende ser justo e equilibrado, e tentar de uma forma séria, que aqueles que mais precisam, tenham os tarifários mais corretos". -----

----- O membro Rui Franco informou "(...) este regulamento tem uma minuta proposta pelo regulador, a ERSAR criou um grupo de trabalho, onde foi buscar ideias a várias entidades gestoras, de norte a sul do país, com várias características e conseguiu fazer um regulamento, que já sofreu algumas alterações, adaptações, que tem uma minuta final, base de trabalho, para as entidades gestoras aplicarem. No caso, aqui de Borba, destaco o artigo 53º, que no fundo é uma adaptação à realidade local, principalmente por causa das queijarias de S. Tiago Rio de Moinhos. Tem aqui uma componente onde fala dum problema complexo, que são as águas residuais industriais. No nosso caso, temos a nível das queijarias, lagares, adegas e a nível de algumas agroalimentares, salsicharias. As águas residuais industriais têm de ter uma abordagem muito clara, para que não existam dúvidas na relação entre os industriais e a entidade gestora. Globalmente, este regulamento vem criar essa clareza, define numa forma clara, os deveres e os direitos, da entidade gestora, perante os serviços que presta aos municípios, neste caso específico, na área do abastecimento público e das águas residuais. Com este regulamento é depois possível, viabilizar as tarifas sugeridas pela ERSAR, em termos da sua estrutura tarifária. Os valores, a entidade gestora faz de acordo com os seus critérios, na perspetiva de recuperação e custos". -----

----- O membro Ângelo de Sá disse "(...), este documento, para mim, pessoalmente, é mais que um documento técnico, é um documento político. É preciso ter-se cuidado quando se fazem documentos deste tipo. (...) vou gostar de ver como é que se vai cumprir o nº 2, do artigo 53º, deste regulamento, o qual refere "os utilizadores industriais devem tomar as medidas preventivas necessárias, designadamente a construção de bacias de retenção ou reservatório de emergência, para que não ocorram descargas acidentais que possam infringir os condicionamentos a que se refere o número anterior". E o mesmo se passa com os tarifários do artigo 103.º, o qual diz o seguinte; "(...) a) i.1.

### **Complemento Solidário para Idosos; 2. Rendimento Social de inserção; 3. Subsídio Social de**

**Desemprego; 4. 1º escalão do Abono de Família; 5. Pensão Social de Invalidez". " ii. Tarifário familiar, aplicável aos utilizadores domésticos finais domésticos, cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.** Realçou "(...), eu até percebo a ideia, mas muitas vezes isto não se aplica (...)" .-----

----- Continuou "**b) Utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública**". Solicitou que lhe explicassem o que significava aquela alínea. -----

----- Explicou "(...)" que eu saiba em Borba, pessoas coletivas de declarada utilidade pública, não domésticos, existem duas instituições, uma é a Associação Portuguesa de Deficientes e outra o Centro Cultural de Borba". Sobre este ponto, questionou, quem é que declarava, a utilidade pública. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** explicou "(...)" na reunião de Câmara, quando este documento foi analisado e discutido, o vereador Nelson perguntou, relativamente à Santa Casa da Misericórdia de Borba. Uma instituição que possui três lares, com capacidades financeiras diferentes, para os utentes que neles residem, quais os tarifários a atribuir a esta instituição. E foi falado entre todos, em reunião de Câmara, que estas e outras situações têm de ser muito bem analisadas, de forma a podermos ser justos". -----

----- Realçou, admitir as dúvidas que cada um possa ter, mas se não fosse feito este regulamento, todos (pessoas singulares, coletivas, instituições...) eram tratados da mesma forma e isso nem sempre é justo.-----

----- **O membro Ângelo de Sá** insistiu na pergunta "(...)" quem é que declara a utilidade pública". ----

----- Acrescentou "(...)" se vamos falar na instituição da Santa Casa da Misericórdia de Borba, temos de ter atenção à quantidade de água, que é lançada nas águas residuais, dos lares e da prestação de serviços para outros concelhos (...)" .-----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Ângelo de Sá, "(...)" eu entendo que quem declara a utilidade pública é sempre o Estado". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com doze votos a favor (10 dos eleitos do MuB e 2 dos eleitos do PSD), um voto contra (eleito do PS) e seis abstenções (4 dos eleitos do PS e 2 dos eleitos da CDU).** ---

----- O membro Ângelo de Sá apresentou declaração de voto oral, que seguidamente se transcreve.

-----"Voto contra, porque como é visível, no partido socialista, há liberdade de voto, e por entender que este regulamento, embora seja seguramente melhor que o anterior, acho que há aqui muitos aspetos que me levantam muitas dúvidas, e como cheques em branco nunca gostei de passar, não posso votar favoravelmente". -----

**PONTO TRÊS PONTO NOVE: Regulamento de Venda de Lotes no Loteamento do Forno**

**-- Orada.**



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou pensar ser aquela, uma forma correta para tentar fixar pessoas na Orada, numa freguesia rural, onde a tendência é a diminuição das pessoas. É um regulamento em que os preços dos lotes estão acessíveis. Este documento foi aprovado em reunião de Câmara, onde todo o executivo deu os seus contributos, esteve em discussão pública, e agora está aqui, para aprovação, ou não, por parte da Assembleia. -----

----- **O membro Rui Franco** chamou a atenção para a falta do anexo II, que é a planta do loteamento. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou ao senhor presidente da Câmara se tinha havido algum parecer técnico de suporte à decisão política, explicou "(...) de alguém da especialidade, da parte de engenharia, arquitetura (...)". -----

----- Seguidamente, questionou se o regulamento que estava em análise e discussão era compatível, ou não, com o regulamento do Jovem Município, que está em vigor. -----

----- Realçou, se a finalidade deste regulamento, era fixar pessoas na Orada, por uma questão de bom senso, as bonificações na aquisição dos lotes, deviam ser todas iguais, e não haver as diferenças, de 50%, 35% e 25%, na fase etária das pessoas, porque "(...) a revitalização da Orada, não se faz só com pessoas com menos de 30 anos (50%), com menos de 50 anos (35%) e entre 50 e 60 anos (25%) (...)". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Ângelo de Sá, "(...) de acordo com o artigo 21, nº 5º. Aos incentivos previstos no presente artigo não poderão acrescer quaisquer outros incentivos ou descontos sobre o preço de venda dos lotes, previstos noutros regulamentos municipais (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (10 votos dos eleitos do MuB, 4 dos eleitos do PS, 2 dos eleitos do PSD e 2 dos eleitos da CDU), e uma abstenção de um eleito do PS – Ângelo João G. V. de Sá.** -----

### **PONTO TRÊS PONTO DEZ: Norma de Controlo Interno – Revisão Anual e Proposta de Alteração.**

----- **O presidente da Câmara Municipal** pediu autorização ao senhor presidente da Assembleia, para ceder a palavra ao chefe e divisão António Passinhas, para que fosse explicado o documento em análise e discussão. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** informou que a Norma de Controlo Interno, tinha sido apresentada e aprovada na Assembleia Municipal, sessão de abril, e que ela própria já determinava, que era sujeita a revisão. -----

"Nos serviços procuramos receber os diferentes contributos, das diferentes unidades orgânicas, de forma a ser mais fácil cumprir a Norma. Essas propostas foram anotadas, e algumas delas estão hoje

aqui, para aprovação, tal como figura na deliberação de Câmara". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições para intervenção, colocou o documento à votação **tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade**. -----

**PONTO TRÊS PONTO ONZE: Proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2017.** -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou que o documento em análise e discussão, tinha sido o que o executivo tinha entendido ser o melhor para o bom funcionamento da autarquia. -----

----- **O membro Rui Franco** perguntou se a técnica Rosalina de Castro, ainda pertencia ao quadro da autarquia. -----

----- Seguidamente foi informado, que a técnica em causa, pertencia ao quadro da autarquia, e estava em regime de mobilidade. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com onze votos a favor (9 dos eleitos do MuB e 2 eleitos da CDU), e oito abstenções (5 dos eleitos do PS, 2 dos eleitos do PSD e 1 do eleito do MuB)**. -----

----- O eleito do MuB, Célia Alpalhão, apresentou e leu declaração de voto, que seguidamente se transcreve e arquiva em pasta anexa, como documento nº7. -----

- "Declaração de voto-----

Em consonância com a minha linha de orientação de voto sobre esta matéria em anteriores Assembleias Municipais, o meu sentido de voto é a abstenção". -----

**PONTO TRÊS PONTO DOZE: Fixação do Feriado Anual do Município de Borba para o ano de 2017.** -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** de acordo com a aliena m), do nº. 2, do artigo 25, do Anexo I, à Lei 75/2013 de 12 de setembro, a mesa propõe o dia 17 de abril, segunda feira de Páscoa, como dia do feriado anual do município. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** reiterou os votos de um feliz ano 2017, e disse que a Câmara Municipal, tinha uma oferta para fazer a todos os membros daquela Assembleia. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou a todos um 2017, cheio de sucessos, tanto profissionais, como pessoais e muita saúde. -----

----- **O vereador Bento Aires** desejou a todos os presentes um bom ano de 2017. -----

----- **O vereador Benjamim Ferreira** desejou votos de continuação de Boas Festas a todos os presentes, e um bom ano de 2017. -----



## Município de Borba

### Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016)

----- O membro **Ângelo de Sá** em nome da bancada do Partido Socialista, desejou a todos os presentes um bom Ano Novo. -----

----- O **presidente da Assembleia Municipal** em nome da mesa da Assembleia Municipal, desejou a todos os presentes que o Novo Ano seja repleto das maiores venturas para todos. -----

----- Seguidamente informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as seis minutas dos pontos da ordem de trabalhos. -----

- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas e quinze minutos do dia trinta e um de dezembro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e oito páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

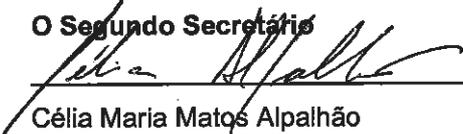
**O Presidente da Assembleia Municipal**

  
Luiz Manuel dos Santos Bimbo

**O Primeiro Secretário**

  
Leonel António Valentim Infante

**O Segundo Secretário**

  
Célia Maria Matos Alpalhão